

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



(11) 95675-2133

Nº 23

01/02 a 28/02 de 2023

R\$ 2,00

SEM PERDÃO E SEM ANISTIA!

BOLSONARO E TODOS OS GOLPISTAS NA CADEIA!



2

**BOLSONARO GENOCIDA!
SOLIDARIEDADE AO POVO
YANOMAMI**



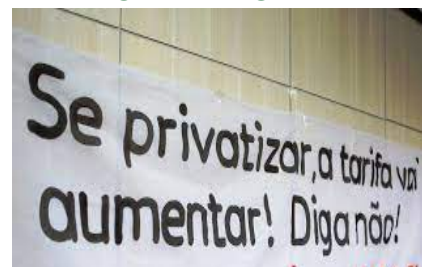
6

**O PESO DO SETOR
PRIVADO NO MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**



7

**EXIGIMOS DE LULA
BARRAR A PRIVATIZAÇÃO
DO METRÔ-BH**



SOLIDARIEDADE AO POVO YANOMAMI JÁ!

No final de 2022 foi divulgada fortemente pela mídia a tragédia humanitária que acomete os povos da Terra Indígena Yanomami, a maior do Brasil, com 9,6 milhões de hectares, situada entre Roraima e Amazonas. A população Yanomami é estimada em mais de 27 mil pessoas falando seis idiomas diferentes. Na mesma reserva vive parte do povo Yw'kwana, de língua Karib (cerca de 750 pessoas).

Veio a público em janeiro o resgate de indígenas com desnutrição em estágio tão avançado que, mesmo com a ajuda que chegaram a receber, alguns morreram. Notícias sobre o drama dos Yanomami sempre fizeram parte do noticiário, mas agora os números de seu holocausto causado pelo garimpo ilegal vieram à tona: no ano passado 99 crianças morreram. Durante o governo

Bolsonaro foram em torno de 570.

BOLSONARO GENOCIDA TEM SUAS MÃOS SUJAS DE SANGUE

A situação do povo yanomami é resultado da política genocida consciente de Bolsonaro. A liberação do garimpo (e sua destruição ambiental), o desmatamento, as milícias e o avanço do agronegócio na região amazônica é o que explica essa situação.

Foram vários pedidos de socorro e sem nenhuma resposta do governo Bolsonaro. Damares Alves, além do veto ao socorro ao território yanomami no auge da pandemia de covid 19, ainda franqueou (mais do que já acontecia) o espaço para missões evangélicas que visam descaracterizar sua cultura.

O Genocida já tinha avisado que, se eleito, não demarcaria nem um



centímetro de terra para índios e que o erro do Exército Brasileiro foi não matar todos.

Nesse momento, é urgente o socorro ao povo yanomami com ajuda médica e alimentação, mas é preciso mais, inclusive de proteção aos demais povos originários: garantir a demarcação de todas as terras indígenas com marco legal e não temporal, confisco de todos os bens dos empresários que participam do garimpo e do desmatamento como forma de reparação dos danos.

Que os movimentos sociais não deem paz ao governo Lula até que a justiça seja feita!

BENTO XVI E OS VALORES REACIONÁRIOS NA IGREJA CATÓLICA

Morreu o cardeal Ratzinger, em 31 de dezembro, Papa Emérito que protagonizou com o atual Papa, Francisco, a competição entre valores progressistas e reacionários na Igreja Católica. Dicotomia falsa, já que os verdadeiros cristãos progressistas, adeptos da Teologia da Libertação, foram rejeitados por ambos.

Francisco liderou a Ordem Jesuíta em San Miguel (Argentina), na época da ditadura naquele país, é acusado de ter deixado que dois padres que faziam trabalho social fossem presos, além das acusações de omissão em relação aos sequestros de bebês de militantes de esquerda na época. Ainda assim, recentemente, o Papa Francisco publicou uma nota crítica à Teologia da Libertação na Argentina.

No entanto, Ratzinger era muito mais defensor das ideias de direita do que Francisco (se é que se pode amenizar a omissão sobre torturas e mortes que pesam nas costas do atual pontífice). Antes de ser Bento XVI se opôs à flexibilização do celibato para padres e a qualquer condescendência com a homossexualidade.

Ratzinger deixou escritos a

serem publicados postumamente “denunciando” a existência de clubes gays de seminaristas. Também se opôs ao aborto em todas as circunstâncias, à inseminação artificial e à distribuição de preservativos como políticas públicas.

Em 2008, após reunião com o presidente brasileiro, assinou o Acordo Brasil-Santa Sé que tornou o ensino religioso facultativo nas escolas fundamentais públicas do país. E temeroso de retaliações, Lula estendeu para outras religiões a oferta dessas aulas.

Quando era arcebispo de Munique, também é acusado de ter acobertado quatro crimes de pedofilia de um padre, com o qual mantinha relação de confiança. Ratzinger não teve interesse sequer em ouvir as vítimas.

Contudo, mesmo antes de ser tornado “obrigatório” fazer parte da Juventude de Hitler (1941, Alemanha) já frequentava o grupo. Depois, desertou para voltar ao seminário e, em 2009, seguiu suspendendo a excomunhão de quatro bispos integralistas, um deles negava o Holocausto. Seguiu também sem reconhecer seus erros.

FÓRUM DAVOS 2023: A NATA DA BURGUESIA MUNDIAL

Entre os dias 16 e 20 de janeiro de 2023 ocorreu o Fórum Econômico Mundial na cidade de Davos na Suíça, com o tema “Cooperação em um mundo fragmentado”. Reunindo líderes mundiais e empresários.

É mais uma tentativa de que as grandes empresas destruam menos o meio ambiente, com destaque para a fala do secretário-geral da ONU, António Guterres que afirmou que as empresas buscam o “selo verde” para se mostrarem como apoiadoras de medidas de preservação do meio ambiente, mas os próprios critérios utilizados para isso são insuficientes para garantir essa preservação.

Nenhuma novidade até aqui, visto que não há real preocupação com o meio ambiente, enquanto o lucro estiver acima das necessidades humanas, e no capitalismo, só o lucro importa.

Ainda tivemos a participação da delegação brasileira do Governo Federal com alguns representantes dos estados como o governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo. Mas quem apresentou o painel brasileiro foi o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad e a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Ambos pontuaram os estragos da política contra o meio ambiente do governo anterior e prometeram ações de enfrentamento e reajuste fiscal como a Reforma Tributária que apresentarão esse ano ao Congresso Nacional.

Vamos acompanhar, mas é pouco provável que essas medidas beneficiem a classe trabalhadora.

QUEM PAGA PELA GUERRA DE STREAMING?

Há quase oitenta anos, os teóricos da Escola de Frankfurt chamaram de Indústria Cultural a “produção artística em massa” como repulsa à passividade imposta aos expectadores. Com o passar das décadas, porém, foi possível ter alguma produção de comunicação de massa voltada para grupos sociais oprimidos, através de veículos críticos ao capitalismo como rádios alternativas, cinema independente, mostras de artes subversivas, etc.

Atualmente, as questões identitárias são colocadas como principal meio de luta “contra” o sistema capitalista, muito embora seu limite seja a busca nesse espaço. Assim, a produção da Cultura de Massa coadunada com as causas de mulheres, negros, indígenas, população LGBTQI+, estudantes de escolas públicas, pessoas idosas, pessoas com deficiência etc. ganham caráter engajado, perdendo a aura negativa original. Isso tem acontecido no Brasil com novelas, diversos gêneros musicais e, logicamente, com o cinema, maior representante da Indústria Cultural.

UM CINEMINHA COMO ESPAÇO DE ENCONTRO

No século XX o cinema era um lugar de encontro para o primeiro programa de um casal, famílias e grupos de amigos. Os cinemas eram grandes e a quantidade de filmes exibidos, menor. As filas iam pelas ruas e ambulantes ganhavam a vida com seus baleiros pendurados nos ombros. Logicamente, nesses espaços nem todos iam ver o filme, grande parte da população pobre e periférica não tinha o hábito ou

folgas suficientes para ir ao cinema. Era um local de trabalho também.

Assim, o cinema pôde adquirir um duplo aspecto: o cinema de arte e o blockbuster (o cinema comercial). A pandemia de Covid-19, porém, acelerou o processo de esvaziamento das salas de cinema que já vinha sendo anunciado desde os anos 90 do século passado.

DA TV A CABO AO STREAMING

O processo de individualização das telas, que tem tudo a ver com a ideologia capitalista, se iniciou com a TV a cabo há cerca de trinta anos. As pessoas podiam escolher a TV que queriam assinar. Posteriormente puderam selecionar quais planos teriam. Até que surgiu a opção mais econômica e individualizada, o streaming. O YouTube é o mais universalizado e em grande parte é gratuito. Para filmes e séries por assinatura o Netflix dominou o mercado por alguns anos, mas recentemente a concorrência ficou grande. Canais da TV a cabo como a HBO também optaram pelo streaming.

A TV não é apenas TV, precisa ser smart e ter acesso à internet. Por outro lado, um notebook, um tablet ou um celular podem ter a função de passar programas. Não existe mais o ritual de assistir a um filme em família. Embora a Globo tenha passado Marighella em cinco episódios, é após o Big Brother Brasil. A TV aberta não tem mais o mesmo alcance de séries e filmes clássicos exibidos no período anterior ao videocassete, quando era possível gravar programas e alugar filmes.

O surgimento da Indústria Cultural com o rádio trouxe a reunião de todos da casa, a semente da particularização plantada com o nascimento do rock (música dos jovens nos anos 50) e regada pela divisão de horários por idade na televisão (infantil, jornal e novela intercalados) frutificou. A ideia é que cada

um tenha sua tela particular e assista quando desejar aos “seus” programas.

ASSINATURAS E OS LIMITES DE ACESSO ÀS PLATAFORMAS

O grupo humorístico Porta dos Fundos recebeu críticas por ter feito seu Especial de Natal nos dois últimos anos em streaming com acesso somente por assinatura, já que ficou conhecido através do YouTube.

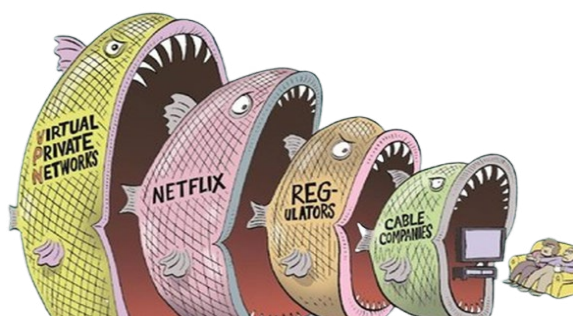
A guerra entre as plataformas sai cara para a população, vista apenas como consumidora.

O recente filme *Argentina, 1985* está sendo ovacionado pelo tratamento dado à memória da luta contra a ditadura militar argentina que maltratou o país, mas só pode ser visto pela Prime Vídeo. *Marighella*, filme brasileiro que enfrentou problema com censura no governo Bolsonaro, é um caso semelhante que teve rápida passagem pelo cinema e depois só foi comercializado pela Globo Play.

Em algum dia o cinema pôde ser vivenciado mais como arte do que como produto de consumo, mas hoje essa percepção está cada vez mais difícil. É notório que as plataformas excluem as obras que não são bem acessadas. No passado ficavam nas prateleiras dos “filmes por autor” e os cult movies eram exibidos em salas gigantes e ficavam na memória de quem assistia. Isso não vai acontecer mais.

O crescente particularismo chegou literalmente à palma da mão, que abriga o contato com o mundo externo desde a reunião remota de trabalho, o pagamento de contas, o pedido de comida e mercado pelo app até o conteúdo de entretenimento ao gosto do freguês.

Grandes cinemas ficavam perto de praças e depois as salas foram para os shoppings (centros de compras). Por fim, só restou essa Indústria de entretenimento, cada vez mais afastada do sentido de Cultura e de toda sua manifestação do coletivo. Também isso o capitalismo segue tirando dos trabalhadores.



8 DE JANEIRO: A EXTREMA-DIREITA PRECISA SER DERROTADA!

ATÉ QUANDO SEGUIRÁ A OFENSIVA REACIONÁRIA?

“A escalada violenta dos atos criminosos resultou na invasão dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF, com depredação do patrimônio público, conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional, circunstâncias que somente poderiam ocorrer com a anuência, e até participação efetiva, das autoridades competentes pela segurança pública e inteligência, uma vez que a organização das supostas manifestações era fato notório e sabido, que foi divulgado pela mídia brasileira”.

O trecho da decisão de Alexandre de Moraes acima, quando ele retira o governador Ibaneis Rocha de seu posto no DF, pode bem ser um resumo da ação reacionária dos bolsonaristas em 8 de janeiro.

Nos dias anteriores, dezenas de ônibus lotados de “golpistas” se dirigiram à Brasília para reforçar o acampamento instalado há meses em frente ao QG do Exército, sem que o conivente comando do exército tomasse qualquer medida, pelo contrário, a simpatia era declarada. A preparação dos atos de invasão foi bem articulada previamente e razoavelmente pública. Em 12 de dezembro uma caminhada desse setor já havia terminado numa tentativa de invasão da sede da Polícia Federal.

No dia 8 de janeiro, a PM chegou a escoltar a turba reacionária até a Esplanada dos Ministérios: quando começaram a avançar para invadir os prédios, não encontraram resistência do pequeno efetivo policial, inclusive houve colaboração das forças de repressão, membros do exército e da PMDF, conforme várias imagens e depoimentos. Em entrevista para a GloboNews, mesmo Lula reconheceu a falha gritante da inteligência das Forças Armadas, da Abin e do GSI em prever e se preparar frente aos acontecimentos.

Visivelmente há setores das forças armadas que defendiam uma ruptura, apoiando as intenções da massa bolsonarista. A questão é que nem a grande burguesia e nem o imperialismo

apoiariam um golpe.

A EXTREMA-DIREITA CONTA COM APOIO DE UM SETOR MINORITÁRIO DA BURGUESIA

Cabe reforçar que o 8 de janeiro foi um pico de um processo iniciado ainda na noite do segundo turno com o questionamento do resultado que elegeram Lula. Para esse setor nem o moderado governo gestado pelo PT e sua “aliança ampla” pode ser tolerado. Querem um governo liberal que retire mais direitos dos trabalhadores e restrinja ainda mais a frágil democracia burguesa brasileira. Querem as festas dos mais ricos, do agro, dos banqueiros e milionários.

A extrema-direita brasileira tem sido um dos setores mais dinâmicos na conjuntura, pautando o debate político nacional e com várias ações que mobilizaram um setor importante. Estiveram por cerca de 70 dias na frente de quartéis em todo país, prepararam o ataque aos prédios na esplanada, revelando um esquema organizado, com patrocinadores e muito ativo. Sem falar na capacidade de mobilização nas redes sociais.

A ação de 8 de janeiro saiu derrotada, mas mostrou uma extrema-direita forte, enraizada e articulada. Felizmente, mesmo com tal força, não conseguiu nesses meses deslegitimar o resultado das urnas, apesar do bloqueio de estradas, acampamentos em frentes aos quartéis, protestos pelo país e essa “ação final” no DF.

As ações bolsonaristas devem ser chamadas pelo seu nome: um projeto golpista, de um setor da classe dominante formado por madeireiros, garimpeiros, parte do agronegócio e empresariado do setor varejista, além de militares da reserva e da ativa. E também contam com algum respaldo na classe média e também de trabalhadores.

Ficou nítida a colaboração do oficialato das Forças Armadas e do governo do DF: ainda piores foram as declarações de José Múcio, Ministro de Lula, considerando os acampamentos golpistas como “democráticos”. Tal



Ministro parece se assemelhar a um estranho no ninho ou será que cabe no governo de Frente Ampla?

UMA NOVA CONJUNTURA

O 8 de janeiro, abriu uma nova conjuntura. Em certo sentido, Lula se fortaleceu politicamente, estabelecendo uma unidade ainda maior para defender seu governo de Frente Ampla conta o golpismo reacionário. Rapidamente os 27 governadores (as) se reuniram, os Poderes Judiciário e Legislativo unanimemente defenderem a ordem constitucional e a comunidade internacional, rapidamente, repudiou qualquer possibilidade de mudança reacionária no regime, um fator decisivo para que a esfarelada democracia burguesa continue se arrastando.

Bolsonaro e outros membros do seu governo saem desgastados no geral e cada vez mais ameaçado a responder criminalmente por esse e outros tantos atos. Anderson Torres – ex Ministro da Justiça- é um deles.

E a extrema-direita, sob pressão das diversas instituições, também perdeu força. O mais provável é que esses acontecimentos diminuam o ímpeto da extrema-direita, considerando que perdeu apoios importantes inclusive entre eleitores de Bolsonaro que não comungam com as tais práticas radicais golpistas escancaradas.

A troca do comandante do exército só foi possível primeiro porque as forças armadas, pelo apoio que deram ao governo Bolsonaro, também se enfraqueceram e, segundo, por Lula ter se fortalecido.

A RESPOSTA PARA DERROTAR GOLPISTAS E EXTREMA-DIREITA

Logo no dia 9 houve reação com atos em várias cidades brasileiras sendo embrionariamente uma boa resposta aos golpistas: milhares foram às ruas como um contraponto às intenções dos bolsonaristas. Vale ressaltar os atos de São Paulo e Porto Alegre, com 50 mil e 10 mil presentes, respectivamente. Tais iniciativas devem seguir e também buscar ampliar a organização desde a base em fóruns de luta unificados contra os golpistas e em defesa das liberdades democráticas.

É possível passar à ofensiva



contra os golpistas, mas não apenas apostando nos marcos institucionais e sim mobilizando o movimento social de conjunto. Também é fundamental exigir a prisão dos organizadores, dos principais milicianos, financiadores e os membros das forças armadas e das polícias militares que deram algum tipo de apoio. É preciso lutar contra a tutela militar do país, processo que retroage ao fim da ditadura militar (ver boxe).

Para sangrar a extrema-direita também é necessário desmontar a rede de financiamento, relacionada à atividade predatória das milícias de latifundiários, garimpeiros, madeireiros, parte do empresariado, etc. grupos que viviam na boa durante o governo Bolsonaro.

Ainda, a bandeira “sem anistia” deve ser uma campanha profunda para romper a histórica conciliação para “resolver os problemas” políticos do país. Os crimes dos poderosos devem ser punidos para inverter a lógica de punir

apenas periféricos, favelados, negros e pobres. Esses que são empurrados para a criminalidade como questão de sobrevivência, diferente das cúpulas ricas desse país.

Enfim, para deter os golpistas e ir a fundo na exigência do “ajuste de contas”, a luta auto-organizada da classe trabalhadora, da juventude e de todo o povo será decisiva. É preciso tomar as ruas e fazer frente a extrema-direita e defender as liberdades, direitos sociais e democráticos ameaçados pelo liberalismo bolsonarista.

A ação dos Petroleiros em defesa das refinarias é outro bom exemplo para destacarmos, assim como a movimentação política das torcidas organizadas, mais uma vez.

É preciso construirmos, enfim, um plano de lutas que possa constranger e fazer recuar qualquer ímpeto golpista. Tudo indica que há espaço para isso, desde que se abandone a perspectiva governista e ainda um tanto festiva de parte do ativismo. O momento é sério e unidos podemos vencer.

O QUE FOI A ANISTIA?

Lei da Anistia é o nome da Lei n. 6.683, que, em 28/08/79, anistiou todos os que cometeram “crimes políticos ou praticados por motivação política” no período de 2/9/61 a 15/08/79, ou seja, pessoas que cometeram crimes considerados políticos durante esse período – em especial na ditadura civil militar – não poderiam ser condenados por tais atos.

Era um cenário de relativa abertura e fim do regime autoritário e o ex-presidente João Figueiredo, com aprovação do Congresso Nacional, concedeu tal anistia. O ato incluiu os próprios militares, mas excluiu crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

A Lei da Anistia, como ficou conhecida, permitiu o retorno de mais de 2000 pessoas que se exilaram

para não serem presos. Em relação militares e torturadores do regime, a lei beneficiou todos envolvidos na repressão. Os envolvidos em casos de tortura, maus-tratos e desapareção forçada, assim como os responsáveis pela censura à imprensa, pela perseguição aos movimentos sociais entre tantos outros atos estavam livres de qualquer possibilidade de condenação.

Entre os beneficiados, encontramos o famoso coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou, entre 1969 e 1973, um centro de tortura no extinto Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura empresarial-militar. Mas a maioria dos torturadores eram anônimos e um dos reflexos da Lei de Anistia foi impedir que esses criminosos fossem descobertos.

Do lado dos opositores, a lei beneficiou tanto aqueles que tinham se engajado em ações armadas contra o regime quanto aqueles que apenas participaram de comícios, piquetes, greves e protestos. Nomes como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Francisco Julião, entre

outros, puderam retornar ao Brasil.

A Lei de Anistia é considerada um entrave à responsabilização dos culpados por crimes de tortura, maus-tratos, desapareção forçada e execução sumária cometidas por agentes do Estado durante a ditadura. A impunidade no Brasil é incomparável com nossos vizinhos como Argentina e Uruguai, que passaram por governos militares e tiveram leis de anistia, mas encontraram formas de reverter a impunidade e responsabilizar os envolvidos. Críticos de tal legislação consideram que essa impunidade contribuiu para perpetuar no Brasil uma cultura de insubordinação dos militares ao poder civil, uma aura golpista que cerca as Forças Armadas que atuam subjetivamente como um poder paralelo ou supostos tuteladores da democracia.

Baseados nessa triste experiência, é fundamental reafirmar que não aceitamos qualquer tipo de anistia ou conciliação com os criminosos do bolsonarismo.

- Nenhuma anistia!
- Punição e prisão os golpistas e financiadores!
- Confisco de todos os bens dos golpistas e financiadores!



GOVERNO DE FRENTE AMPLA E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os caminhos traçados pelo novo governo é um categórico exemplo do reflexo das disputas entre duas frações da burguesia, dois setores da classe dominante, em suas diferenças e semelhanças. Ainda que seja uma ameaça muito séria, a derrota de Bolsonaro para a Frente Ampla representou uma vitória por evitar um regime baseado na intimidação das classes trabalhadoras, uma brutal aceleração da exploração e da opressão sem nenhum tipo de mediação.

A ação de Bolsonaro na Educação seguiu esse ritmo e projeto. Desde o início ficou claro o projeto acelerado de privatização da Educação superior como o “Future-se” para a rede federal de ensino, em que as universidades públicas que já estavam tendo brutais cortes orçamentários deveriam buscar no mercado sustentação financeira. Em troca o setor privado poderia utilizar as instalações e profissionais das universidades para desenvolver seus projetos privados.

Em 2019 a resistência de servidores públicos e principalmente de estudantes conseguiu forma impedir que o projeto fosse aprofundado. O movimento Escola Sem Partido teve uma grande projeção também com a eleição de Bolsonaro. Atacava e caluniava sistematicamente educadoras e educadores para impor um clima de medo e desconfiança com perseguição política no ambiente educacional. No período da pandemia, o governo Bolsonaro impôs a mesma medida que adotou com a população: abandono total para a maior destruição possível.

A tentativa de legalizar o *homeschooling* avançou, mas foi barrado. Representaria acabar com a concepção de escolarização universal como direito e dever do Estado. Barrado também foi o projeto (se aproximava muito da implementação dos *Vouchers*) de destinar recursos do FNDE para financiar instituições privadas de ensino. Não bastasse, deram seguimento à implementação da Reforma do Ensino Médio imposta durante o governo Temer.

EQUIPE DE TRANSIÇÃO REPRESENTA O NOVO GOVERNO

Mas, se de um lado a derrota eleitoral da extrema-direita foi algo importantíssimo, a vitória da Frente Ampla de Lula-Alckmin não representou as necessidades da classe trabalhadoras, ainda que seus setores mais conscientes tenham apoiado e tido um papel importante nessa vitória.

A equipe de transição da Educação, formada logo após o resultado eleitoral, deixou explícito pela presença do setor empresarial e de suas fundações como Henrique Paim (FGV e ex-ministro da Educação), Priscila Cruz (“Todos pela Educação”, principal frente de atuação do setor empresarial), Neca Setúbal (Itaú), Veveu Arruda (ex-prefeito de Sobral-CE e membro da Fundação Lemann).

A conformação do ministério seguiu o mesmo perfil: o ministro Camilo Santana (ex-governador do Ceará) e Isolda Cela (ex-secretária de Educação de Sobral). Aliás, a presença de membros do Ceará mostra que vão avançar nas políticas educacionais das quais a cidade de Sobral se tornou vitrine. E onde o sucesso da Educação pública é medido pelo desempenho nos testes padronizados aplicados nacionalmente. As fundações privadas, como a de Paulo Lemann, entram “assessorando” os educadores para organizar e preparar o processo de ensino voltado para obtenção de resultados positivos nestes testes.

Essa lógica educacional já teve seu fracasso constatado em países como Estados Unidos, de onde esse modelo foi importado. Em vez de investimento na Educação e nos profissionais com a implementação de Planos de Educação elaborados democraticamente, esse projeto educacional, baseado em testes padronizados, centraliza os próprios exames a partir de “assessorias empresariais” que culpam e penalizam os profissionais da Educação por resultados insatisfatórios. Nos últimos dois anos já foram aprovados Projetos de Lei que sugerem vincular diretamente o orçamento da Educação ao desempenho nos exames.



Embora não represente o mesmo grau de barbárie e destruição da Educação promovido pela extrema-direita, o projeto educacional desse governo também é uma ameaça à Educação Pública e às propostas educacionais que buscam atender as necessidades da classe trabalhadora. As fundações por enquanto não estão defendendo o sistema de *Vouchers*, mas seus convênios com instituições públicas representam a transferência de recursos públicos para elas. Só não defendem a aplicação imediata desse modelo em todos os estados nesse momento para não disputarem essa grana com setores da extrema-direita. A própria revogação da Reforma do Ensino Médio (gestada no governo Dilma) está sendo deixada para trás.

A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA SE MANTÉM

Durante o período da transição, ativistas e acadêmicos reivindicaram que a composição da equipe tivesse um número maior de componentes oriundos da Educação pública e representantes de movimentos sociais não vinculados aos setores empresariais, mas isso não se deu.

Essa predominância de representantes do projeto burguês na Educação é necessariamente negativa e as experiências demonstram que não podemos de forma alguma basear nossa luta na lógica de disputas eleitorais. Isso leva às cooptações e até ao abandono da Educação Pública Gratuita e de Qualidade.

É necessário que trabalhadoras e trabalhadores da Educação se organizem de forma independente do governo, busquem apoio da população e se juntem nas mobilizações de outros setores da classe trabalhadora na luta por uma Educação que expresse nossas reais necessidades.

COMBATER A PRIVATIZAÇÃO DO METRÔ DE BELO HORIZONTE

Para o dia 03/03/2023 está marcada a assinatura do Contrato de Concessão do Metrô de Belo Horizonte, o que poderá ser a primeira privatização do atual mandato de Lula. E sabemos que a mobilidade urbana é um dos principais problemas das grandes cidades do país.

Temos um preço elevado das passagens de ônibus, que em Belo Horizonte sobem “costumeiramente” acima da inflação. Em 2022 e 2023 as passagens aumentou em torno de 3% ao ano e acima da inflação acumulada. Além de termos uma demora elevada nos trajetos e na espera em pontos, chama a atenção de qualquer pessoa, que não esteja hipnotizada pelo ritmo das cidades, a degradante forma de como os trabalhadores são abarrotados dentro dos ônibus, lembrando os navios negreiros.

O Metrô é uma alternativa rápida e que teve um preço acessível até 2019. Daí a tarifa aumentou 150% em dois anos, medida chave para preparar a privatização e tirar o apoio da população ao transporte público, por um lado. E, por outro, deixando atrativo para algum possível comprador.

Outro elemento muito importante para jogar a população contra seu patrimônio é a falta de investimentos ao longo dos anos, os últimos em ampliação são de 2002. Os governos do PT nada fizeram nesse período, nas duas campanhas de Dilma houve a promessa de ampliação, mas o projeto ficou só no papel. Então, Bolsonaro e Zema defenderam que a privatização traria ampliação. E a campanha liberal conseguiu convencer parte da população que a privatização é a ampliação.

Na verdade, até mesmo a ampliação, caso a venda se efetive, será feita com recursos públicos. O grupo Comporte (dono de várias empresas de ônibus), que venceu o leilão por apenas R\$ 25 milhões (valor inferior ao preço de dois vagões), receberá R\$ 3,2 bilhões só de recursos públicos - sendo R\$ 2,8 bilhões da União e R\$ 440 milhões do estado de Minas Gerais. Esse absurdo incentivou a campanha “Metrô a Preço

de Banana”. Dado que a estrutura do Metrô, apesar de muito aquém da necessidade, envolve 28,1 Km de via, 19 estações, 2 oficinas, 35 trens, etc.

Os partidários do governador privatista Zema saíram em defesa do negócio com o discurso de que não é venda, é uma concessão de “apenas” 30 anos. Mas, logo foi desmascarado com a simples comparação: seria o mesmo que você ter um imóvel de R\$ 500 mil, não ter outro para morar, o alugar por R\$ 17 por 30 anos e ainda dar R\$ 200 mil para o locatário construir um quarto.

Diferente de outras privatizações, nessa do Metrô, o ministro Guedes do governo Bolsonaro assinou uma Resolução (206 de 13/12/21) proibindo a transferência dos trabalhadores concursados da CBTU. Assim, os trabalhadores metroviários poderão ficar sem qualquer proteção legal ou manutenção de seus direitos, no caso de se efetivar essa doação do Metrô.

Os trabalhadores Metroviários têm lutado desde 2021 contra a venda. Foram ações na Justiça, campanha nas mídias de esquerda, abaixo-assinados com inúmeras organizações, 4 greves com parada total e parcial dos trens (sendo uma a maior da história da categoria, 42 dias), panfletagens junto à população, adesivos, camisetas, entrega de bananas (simbolizando o preço), passeatas, articulação com parlamentares de esquerda, etc.



Porém, o inimigo tem agido e avançado com campanha em emissoras de TVs, Justiça multando sindicato e proibindo greves, jornais de direita fazendo campanha pela venda e, inclusive, com o apoio do Ministro do PT Rui Costa.

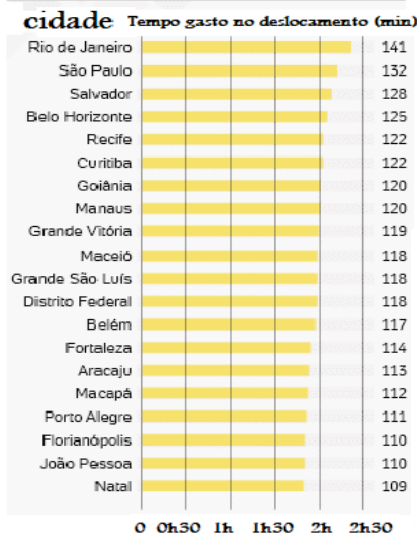
O conjunto do movimento sindical e de esquerda se mantém no corporativismo e não têm dado a devida importância para essa bandeira de luta. E mesmo quando tiveram a oportunidade de falar com Lula, não houve sequer uma denúncia pública.

Zema, no discurso, tem atacado o governo Lula e tem tido resposta de ministros petistas. E na prática, Lula vai abraçar Zema e entregar o Metrô ou vai ficar ao lado dos Metroviários e trabalhadores que precisam de transporte barato e rápido?

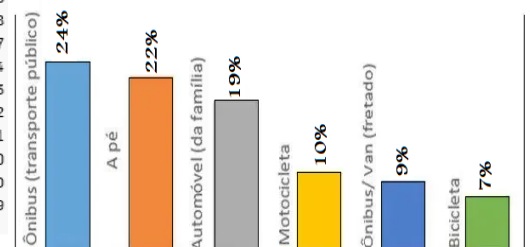
Ao longo da história, governos de Frente Popular buscam fazer acordos com os inimigos pisando nos operários que os ajudaram a eleger, daí quando precisam dos operários para se defender da extrema-direita, não têm apoio social. Quem pararia os trens contra a extrema-direita, Zema ou os Metroviários? Como o PT manterá apoio popular, investindo e ampliando o Metrô, inclusive colocando nomes históricos nas novas estações, ou entregando dinheiro na mão da iniciativa privada?

Ainda há tempo para a esquerda dar a devida importância à forma como mineiros e mineiras são transportados e pressionar o governo Lula contra a sua primeira privatização este ano! Contra a Venda do Metrô! Ampliação das linhas pelo governo e trabalhadores já!

TEMPO DE DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO



Meios de transportes mais utilizados para o trabalho





O dia 19 de janeiro ficou conhecido como a “Tomada de Lima”. Dezenas de milhares de manifestantes, vindos de diversas regiões do Peru, tomaram a capital do país e houve um chamado à Greve Geral pela Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP). Ao final do dia entraram em confronto com as forças de segurança. Estimase mais de 60 manifestantes mortos, a maioria de jovens.

Parte considerável dos manifestantes vieram das comunidades rurais andinas, a região mais pobre e indígena do país. É também a base eleitoral de Pedro Castillo, presidente deposto e preso em 07 de dezembro do ano passado, e que foi condenado a dezoito meses de prisão.

Os confrontos não ficaram restritos à Lima, região do país onde moram os ricos. Em Arequipa, segunda maior cidade do país, também foi registrado um confronto entre as forças de segurança e cerca de mil manifestantes que tentaram invadir o aeroporto, que suspendeu os voos. Já o serviço ferroviário entre Cusco e a cidade turística inca Machu Picchu, da mesma forma, foi suspenso. Em Macusani, na região de Puno, uma multidão incendiou uma delegacia e a sede do Poder Judicial.

DINA BOLUARTE NÃO QUER LARGAR O OSSO

Após a prisão de Pedro Castillo, a vice-presidente Dina Boluarte (Ministra do Desenvolvimento e Inclusão Social até outubro de 2022) assumiu a presidência, referendada pelo Congresso Nacional. Do dia 07 de dezembro até a “Tomada de Lima” ocorreram greves e bloqueios de estradas em 18 das 25 regiões do país. A resposta de Boluarte foi a

PERU: OS PROTESTOS SERÃO DERROTADOS COMO NO EQUADOR, CHILE E COLÔMBIA?

decretação do estado de emergência em Lima, estendido às regiões do Sul de Puno e Cusco, cerceando alguns direitos civis. Além disso, Boluarte e o Congresso (a extrema-direita fujimorista é uma força política importante) anteciparam as eleições de 2026 para abril de 2024, batendo de frente com os manifestantes que querem sua renúncia, o fechamento do Congresso, eleições gerais imediatas, uma nova Assembleia Nacional Constituinte e a libertação de Castillo.

CASTILLO NÃO É ALTERNATIVA POLÍTICA À CRISE PERUANA

Castillo, no seu efêmero mandato de um ano e meio, quis governar acendendo uma vela para Deus e outra para Satanás. Ou seja, buscou acenar para as camadas populares (pobres, camponeses, trabalhadores e indígenas) que o ajudaram a derrotar eleitoralmente, por pequeníssima margem, Keiko Fujimori e acenou também para o Mercado.

O resultado foi a forte instabilidade política desde julho de 2021 até a queda de Castillo: 05 primeiros-ministros e mais de 80 ministros, além de uma forte greve geral em março do ano passado.

O desgaste de Castillo foi o mote para vários pedidos de impeachment e a consequente deposição, após a aventura de tentar fechar o Congresso. Mesmo com o desgaste, o Congresso peruano está ainda mais “queimado”, pois 28% da população ainda apoiam o presidente e só 18% o Congresso.

REAÇÃO DEMOCRÁTICA EM AÇÃO

Ainda que sejam corretas as bandeiras democráticas levantadas pelos protestos peruanos, não se pode parar aí. Afinal, a riqueza está concentrada nas mãos de uma minoria residente em Lima e aumenta o empobrecimento da população pobre do Sul do país. Uma estrutura econômica que Castillo nem arranhou. Talvez por isso, em Puno e em outras

partes do Sul, a inclinação eleitoral historicamente à esquerda tem alguns líderes de protestos falando em se separar de Lima e do Norte do Peru, o que levará a uma fragmentação da classe trabalhadora peruana.

POR UMA SAÍDA DA CLASSE TRABALHADORA NO PERU

A classe trabalhadora peruana historicamente é uma das mais combativas do continente e já produziu teóricos marxistas do porte de José Carlos Mariátegui. E dirigentes de massa como o trotskista e líder camponês Hugo Blanco que, após a deposição do governo nacionalista burguês de Juan Velasco Alvarado, em meados 1970, ajudou a construir uma das experiências mais ricas do proletariado latino-americano que foi a Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular (FOCEP) com 15% da votação para a Assembleia Nacional Constituinte de 1978.

Nos anos 90, a partir do papel nefasto do maoísmo (os guerrilheiros do Sendero Luminoso) que dividiu o proletariado e facilitou a ascensão do neoliberalismo, o reacionário Fujimori foi eleito. Nos anos 2000, com os protestos populares conhecidos como a “Marcha de los Cuatro Suyos” foi derrubado. Mais tarde esses protestos foram retomados contra o “governo dito de esquerda” de Alan Garcia. Na década passada novos e fortes protestos novamente colocaram a classe trabalhadora no centro dos acontecimentos. Foi esse processo que permitiu a vitória de Castillo.

Agora, diante do golpe e da reação burguesa, é urgente que a classe trabalhadora peruana imponha seus métodos de luta, seus organismos e seu programa, sob pena de repetir o que ocorreu no Equador, Chile e Colômbia em 2019/2021, quando as classes trabalhadoras desses países se diluíram em meio aos protestos populares e perderam uma oportunidade histórica de unidade e organização.